

Congresso deverá abrir mão de metade do recesso

RENATO COSTA

Está praticamente certa a convocação do Congresso durante o recesso parlamentar de julho. O presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), declarou ontem que a tendência à convocação é crescente tanto no Senado quanto na Câmara. Embora esta decisão só esteja prevista para a noite da próxima segunda-feira, quando Benevides tem reunião marcada com o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), o deputado José Genoíno (PT-SP) já arriscava um palpite na tarde de ontem: "A autoconvocação é inevitável, porque o Legislativo como um todo não cumpriu a pauta de votação dos projetos prioritários para o País".

Preocupado com a possibilidade de o Governo tomar a iniciativa de convocar o Congresso, o que resultaria no pagamento de ajuda de custo aos políticos, Genoíno é uma das lideranças que vêm trabalhando pela autoconvocação, que não implica ônus, dispensando o pagamento de salário dobrado aos parlamentares. "O Governo está disposto à convocação", confirma o líder do bloco de apoio ao Planalto na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). "Se esta atitude partir do Presidente, ele acua o Congresso, mostrando à opinião pública que não tem medo da CPI do caso PC e voltando os olhos da opinião pública para o contracheque do parlamentar", raciocina Genoíno.

Mauro Benevides também associa a tendência à autoconvocação do Legislativo à CPI do caso PC Farias e à pauta de votações. É que a assessoria jurídica do Senado entende que a CPI, que já decidiu trabalhar no recesso, não pode funcionar sozinha. "Sendo a CPI um membro do corpo do Legislativo, não há como dissociar seu funcionamento do resto do Congresso", argumenta o senador. Estudioso das normas regimentais, Genoíno também partilha da mesma opinião.

"Minha idéia é a de que funcionemos normalmente até o dia 12 de julho, período que o Senado



Benevides: pauta já esboçada até o dia 12 de julho

aproveitará para votar projetos já aprovados pela Câmara, como concessão de serviços públicos, modernização dos portos, isonomia salarial e Advocacia Geral da União", diz Benevides. Com isto, ele acha que fica resolvida uma velha richa entre Senado e Câmara, pois os deputados tradicionalmente só esgotam a pauta na última semana, inviabilizando a votação dos projetos pelos senadores em tempo hábil.

Os primeiros dias de agosto também seriam bem aproveitados pela CPI, que trataria de concluir a fase de coleta de depoimentos. A partir de então, já com o Congresso parado, ela funcionaria apenas internamente, para organização dos trabalhos, análise de documentos e ação das auditori-

as. Só assim, na avaliação de Genoíno, a CPI não correria o risco de ser retirada da pauta política, do País, abrindo espaço para que o presidente Fernando Collor convocasse os políticos para discutir outros temas que mobilizam a sociedade.

Embora favorável à convocação, o líder Luís Eduardo salienta que a tendência majoritária em sua bancada, até agora, é favorável ao recesso. De acordo com uma liderança do PMDB, o temor do presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, era o de não ter qualquer sucesso em relação à presença de deputados em Brasília no mês de julho, apesar da autoconvocação, uma vez que a pauta de votações está praticamente cumprida pelos deputados.